

Portal UOL - 05/09/2018

Na sua conta de luz, você paga 26 taxas, incluindo IPTU, IPVA, PIS e carvão

UOL economia

Na sua conta de luz, você paga 26 taxas, incluindo IPTU, IPVA, PIS e carvão

Diogo Max

Colaboração para o UOL, em São Paulo

05/09/2018 04h00

 Erros: este conteúdo foi alterado

Os brasileiros estão descontentes com a conta de luz. Pesquisa do Ibope mostra que 83% consideram as tarifas caras ou muito caras. O problema, segundo analistas, é que há muitos encargos e tributos cobrados do setor de energia. Afinal, você sabe o que está incluído na sua conta de luz? Chegam a ser 26 itens, cobrados direta ou indiretamente, como IPTU, IPVA, PIS e carvão.

A conta de luz, na verdade, é uma "caixa preta" que não mostra exatamente o que o consumidor paga. Pela lei, ela simplifica as informações, discriminando genericamente as tarifas cobradas pela distribuidora (empresa que leva a eletricidade até as casas), o custo de geração e transmissão de energia, além de impostos e encargos.

Segundo a Eletropaulo, que atende a capital paulista e mais 23 municípios da região metropolitana, de cada R\$ 100 pagos pelo cliente, só R\$ 15,40 são destinados às atividades da distribuidora, a chamada Tarifa de Uso de Distribuição (TUSD), e a investimento em expansão e manutenção da rede, atendimento ao cliente, remuneração dos funcionários, além dos demais custos operacionais e administrativos da empresa.

Para onde vai o restante? Para pagar o Custo da Energia (R\$ 33,10), tributos como PIS/Cofins e ICMS (R\$ 26,60), encargos do setor (R\$ 17,40) e, por fim, o custo da transmissão (R\$ 7,50).

Confira todos os impostos e taxas cobradas direta ou indiretamente na conta de luz.

Impostos cobrados na conta de luz (direta ou indiretamente)

Nome	Definição	Destino
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	52% união; 21,5% estados; 23,5% municípios; 3% para fundos do NO, NE e CO
CSLL	Contribuição Sobre Lucro Líquido	União (Seguridade Social)
Pis/Pasep	Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público	União (Seguridade Social)
Cofins	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	União (Seguridade Social)
ITR	Imposto Territorial Rural	50% união; 50% municípios
INSS Patronal	Contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) pelo empregador	União (INSS)
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de cada empregado
Sat	Seguro de Acidente de Trabalho	União (INSS)
Senai, Senac, Sesi, Sesc, Sest, Sebrae, Senar, Senat, SESCOOP	Contribuições para o "Sistema S"	Entidades autônomas de serviço social
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações	75% estado; 25% municípios
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	50% estado; 50% município
ISS	Imposto sobre Serviços	Município
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	Município

Encargos cobrados na conta de luz (direta ou indiretamente)

Nome	Definição	Destino
Cosip ou Cip	Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública	Município
RGR*	Cotas da Reserva Global de Reversão	Indenizar ativos vinculados à concessão e fomentar a expansão do setor elétrico
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético	Subsidiar a universalização do serviço, o desenvolvimento energético, geração a partir de fontes eólicas, pequena central hidrelétrica, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	18,8% união; 40,6% estados e 40,6% municípios afetados por usinas hidrelétricas
UBP	Uso de Bem Público	Revertido aos consumidores de energia elétrica para promover uma tarifa acessível a todos os cidadãos
ESS	Encargo de Serviços do Sistema	Subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do sistema interligado nacional
TFSEE	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	Aneel
ONS	Taxa do Operador Nacional do Sistema	ONS
CCEE	Taxa da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	CCEE
ECE	Encargo de Capacidade Emergencial	Usinas termelétricas emergenciais
EER	Encargo de Energia de Reserva	Usinas de reserva
Proinfa	Rateio de custos do Proinfa	Geradores de fontes eólicas, pequena central hidrelétrica e biomassa participantes do Proinfa
P&D	Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética e custeio da empresa de pesquisas energéticas (ePe)	40% união; 40% projetos P&D das empresas (aprovados pela Aneel); 20% Ministério de Minas e Energia (planejamento) e adicional de 0,3% para estados e municípios

Fonte: Acende Brasil

Arte/UOL

**O item RGR (contas de reserva global de reversão), na tabela acima foi formalmente retirado da lista de taxas pagas, mas especialistas afirmam que, na prática, ele é cobrado na conta de luz, porque seu valor e destinação foram anexados ao da CDE (conta de desenvolvimento energético). "Durante o governo de Dilma Rousseff (PT), em 2011, a RGR foi eliminada da lista de encargos sobre o setor elétrico. Mas essa taxa ainda continua sendo cobrada, indiretamente, na CDE", afirmou Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Foi mantido nessa lista para mostrar que o usuário paga também por isso.*

Deputados e senadores afetam sua conta de luz

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) afirma que os encargos e os tributos não são criados por ela, mas pelo Congresso. E é justamente aí onde mora um dos problemas do setor elétrico.

Na busca pela reeleição, deputados e senadores tentam aprovar subsídios no Congresso, porque é mais fácil cobrá-lo por uma lei do que incluí-lo no Orçamento, segundo analistas. Beneficiando determinados grupos, esses penduricalhos são cobrados na forma de encargos sobre o setor elétrico.

Atualmente, há **40 pedidos desse tipo em tramitação no Congresso**. Eles preveem descontos para consumidores rurais, criadores de peixes e pessoas que vivem próximas a hidrelétricas. Se forem aprovados, pode ter certeza: a conta de luz vai subir ainda mais, porque para dar isenção a um grupo, é preciso repassar a conta para todos os outros consumidores.

"Por mais meritória que seja, a compensação muitas vezes é danosa e disfarça o verdadeiro valor dos bens e serviços", afirmou Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, centro de estudos do setor elétrico. "É perversa a cobrança, pois penaliza muito mais as pessoas humildes deste país. Os ricos sentem pouco o aumento na conta de luz. Já os pobres têm o orçamento mais comprometido", disse ele.

Entre os subsídios que o consumidor paga atualmente, um está escondido na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), segundo Sales. O encargo financia, entre outros pontos, o uso de carvão mineral para gerar energia para o país, uma fonte considerada pelos ambientalistas de baixa qualidade e altamente poluidora.

"Guerra fiscal" encarece a conta de luz

Os estados brasileiros costumam atrair investimentos oferecendo descontos para grandes empresas, que, em alguns casos, deixam de pagar o ICMS, uma grande fonte de receita. Essa "guerra fiscal" acontece porque o ICMS é cobrado no estado que produz a mercadoria, e não no destino dela.

"Para compensar essa falta de arrecadação, os governadores aumentam a alíquota desse imposto nos setores de energia, combustíveis e telefonia, bens considerados essenciais para a população", afirmou Sales.

Para ele, a reforma tributária pode contribuir para acabar com a distorção no valor da conta de luz. "Além disso, uma redução vigorosa dos subsídios seria um caminho importante para baratear a conta de luz indiretamente. É preciso ter maior transparência para o suprimento de energia e oferecer um modelo mais competitivo para a sociedade."

Para onde vão os encargos e impostos que os brasileiros pagam na conta de luz?

Governo federal	27,80%
Estados	42,30%
Prefeituras	0,10%
Setor elétrico	29,80%

Fonte: PwC Arte/UOL

Bandeiras alertam sobre custo alto da energia

Se as condições para gerar energia forem difíceis, a conta de luz pode ganhar uma taxa extra. Nesse caso, de acordo com a Aneel, o consumidor é cobrado direto na conta.

Como o Brasil usa majoritariamente os rios para gerar energia, períodos de seca acendem o sinal de alerta, e as distribuidoras têm de contratar energia

mais cara das termelétricas, a carvão.

Por causa disso, o governo criou, em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias, com as cores verde (nenhum acréscimo), amarela (acrécimo de R\$ 0,010 para cada quilowatt-hora), vermelho patamar 1 (R\$ 0,030 para cada kWh) e vermelho patamar 2 (mais R\$ 0,050 para cada kWh).

As bandeiras, ainda de acordo com a Aneel, agem também como um aviso para os consumidores tentarem economizar energia. Neste mês, por exemplo, **o sistema opera com a bandeira mais cara** (vermelho patamar 2).

'Pegadinha' do seguro de vida e odontológico

É preciso prestar bastante atenção ao que é cobrado na sua conta de luz, alerta o Procon-SP.

No ano passado, por exemplo, a Eletropaulo fez uma **cobrança indevida de seguro de vida e odontológico** nas contas de luz de alguns consumidores. À época, a empresa responsável pela venda dos planos afirmou que se tratava de um erro. Mas esse tipo de cobrança é permitido por lei, segundo a Aneel.

"Os órgãos de defesa dos consumidores nunca viram com bons olhos essa norma, porque muitas vezes não se tem acesso às explicações do que está sendo contratado", afirmou Renata Reis, coordenadora de atendimento do Procon-SP.